

## A revolta de 1924 em São Paulo: uma história mal contada.

Carlo Romani<sup>1</sup>

A Revolução paulista iniciada em 5 de julho de 1924, episódio que causou profundos estragos principalmente nos bairros operários da zona leste, nunca recebeu a devida importância. Foram dias de forte tensão, com a ocupação da cidade pelas tropas rebeldes até sua retirada em 28 de julho. A reação armada das tropas federais legalistas para retomar São Paulo provocou, segundo as agências internacionais, por volta de mil mortos, além de 4.000 feridos, quase todos civis<sup>2</sup>. Tratou-se, talvez, do maior massacre urbano realizado durante os governos republicanos e praticado no maior centro industrial brasileiro. A matança indiscriminada de civis pobres foi praticamente ignorada e quase esquecida em todo o país, principalmente pelos próprios historiadores paulistanos.<sup>3</sup> Talvez, porque a revolta que recebera a desaprovação da burguesia paulista tenha sido apoiada pelo proletariado descendente de imigrantes, em grande parte simpatizante do anarquismo.

*“Os anarquistas de S. Paulo, durante esse período revolucionário, reuniam-se diariamente procurando um meio de participar desse ato sem comprometer o ideal. Resolveu-se, então, fazer ao General Isidoro Dias Lopes, a seguinte proposta: o general favoreceria armas aos anarquistas que formariam um batalhão de civis para lutar contra o governo central, porém, autônomos, sem a disciplina e a ingerência militar. Está claro que o general não aceitou a proposta anarquista. Depois disso os anarquistas decidiram publicar um manifesto no jornal ‘A Plebe’, definindo a sua posição ante a luta política que estava se desenrolando. Esse manifesto foi assinado por um grande número de militantes libertários”.*<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Carlo Romani, é professor adjunto de História do Mundo Contemporâneo do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO e já publicou *Oreste Ristori. Uma aventura anarquista* (2002).

<sup>2</sup> National Archives Washington, roll 5, pg. 371, Arquivo Edgard Leuenroth, AEL/Unicamp. *“Acredita-se que 1.000 civis estejam mortos, estimativas fornecidas em S. Paulo chegam de 1.000 a 4.000 mortos e feridos.”*

<sup>3</sup> Ver como exemplo Aureliano Leite (1954). Com prefácio encorajador de Gilberto Freyre, o autor ignora absolutamente os sucessos de 1924, descritos em apenas meia página, enquanto glorifica em vários capítulos a “resistência” de 1932.

<sup>4</sup> Memórias de Pedro Catalo (RODRIGUES, 1976: 226-9).

O manifesto citado por Pedro Catalo foi uma resposta dada pelos anarquistas aos chefes do movimento revolucionário<sup>5</sup>. No documento enviado, os anarquistas reconheciam o caráter revolucionário do movimento, embora também reconhecessem suas divergências em relação a ele. Era uma defesa intransigente das mudanças que estavam em curso despertadas pelas lideranças rebeldes em São Paulo. O grupo de anarquistas signatários, trabalhadores conhecidos em suas respectivas associações, buscou, através de um periódico operário, tornar público o desejo de uma massa de trabalhadores sem um jornal como porta voz.

Os anarquistas paulistanos entenderam que aquela não era a revolução social almejada, mas que era a possível de ocorrer, e, citando a célebre frase de Malatesta, se contentaram em “*fazer uma revolução o mais ‘nossa’ que seja possível*”. Seguindo este raciocínio a apoiaram. Apresentaram-se para o General Isidoro querendo formar uma milícia independente e autônoma, a condição para a participação na batalha. Mesmo esta não sendo aceita, deixaram o seu apoio e sua opinião impressa, o que lhes valeu, posteriormente, sanguinária perseguição. Em São Paulo e também no Rio de Janeiro, foram os ativistas e simpatizantes da causa da Anarquia, os grêmios, sindicatos e associações em que estes grupos formavam a maioria, os setores organizados da sociedade que apoiaram e sustentaram a Revolução.

Alexandre Samis elaborou um estudo com base nas fontes da Seção Trabalhista publicada no jornal *A Pátria* dos anos de 1923 e 24. Segundo este estudo, no Distrito Federal havia 11 sindicatos de orientação anarquista e 9 sindicatos de orientação comunista. Além desses, os considerados “revolucionários”, havia outros 25 sindicatos “amarelos”, seis independentes e combativos, e 19 que seriam maleáveis conforme a conjuntura (SAMIS, 2002: 279-80).<sup>6</sup>

Nesse contexto de divisão do movimento operário deflagrou-se a revolução de julho de 24 que pegou os sindicalistas de surpresa e desorganizados. Os sindicalistas de tendência anarquista declararam seu apoio irrestrito à revolução dos tenentes e por causa disso foram

---

<sup>5</sup> Publicado em *A Plebe*, 25/07/1924. Esse manifesto foi assinado por Pedro A Môta, gráfico; José Righetti, tecelão; José Ribeiro, canteiro; Arcenio Palacios, empregado no comércio; Francisco De Simoni, sapateiro; Paulo Menkitz, tecelão; Pasqual Martinez, engomador; Belmiro da Silva Jacintho, vidreiro; Nino Martins, gráfico; Antonino Domingues, sapateiro; João Peres, sapateiro; Fernando Ganga, sapateiro; Fernando Donaire, metalúrgico; Antônio Cordon Filho, carpinteiro; João Castellani, tecelão; Mario Silva, marceneiro; José Sarmento, chapeleiro, João Badaué, sapateiro; Rodolfo Felipe; Francisco Pawlik, lustrador; João Matheus, pintor; Alberto Magagni; Marino Spagnolo, alfaiate; Antonio Lucas, pintor; José Gomes, pedreiro; José Granero, pedreiro, Pedro Zanella, pedreiro, Affonso Festa, sapateiro.

<sup>6</sup> Os sindicatos amarelos eram comandados por sindicalistas pelegos geralmente fazendo o jogo do governo. Ver também o trabalho de Alexandre Samis (2004).

duramente perseguidos. Já, os comunistas, taticamente mais eficientes, deixaram correr os fatos e acompanharam os rumos em que se desencadeavam os acontecimentos. Nessa posição adotada, nem a apoiaram nem a criticaram. Esperaram ver a real força do movimento para se manifestarem. Com isso, quando veio a reação armada da polícia de Bernardes, encontravam-se em uma cômoda situação de neutralidade. Politicamente, essa posição mostrou-se vantajosa, pois, quando a repressão aos anarquistas tornou-se ferrenha, permitiu que os espaços vagos deixados por aqueles militantes viessem a ser ocupados pelos partidários do comunismo.

Em maio de 1925, ou seja, durante o período do estado de sítio, José Mussambé escrevia no jornal sustentado pelo PCB que os anarquistas, “*os maiores adversários da frente única no período de 1923 e 1924 foram exatamente as maiores vítimas da traição... Tinha de ser assim. A História condenou esses companheiros*”.<sup>7</sup> O que Mussambé não explicava é como fosse possível a circulação de um semanário de um partido revolucionário num período em que até a grande imprensa burguesa estava submetida a forte censura. A explicação para essa posição estratégica dos comunistas foi dada dois anos depois em uma assembléia da União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro. Operários comunistas participando da assembléia argumentaram que “*vendo a tormenta e não podendo afronta-la, fizeram como o camelo: meteram o pescoço na areia e deixaram o simum passar*”.<sup>8</sup>

Os “camelos” comunistas não foram enviados ao degredo no campo prisional de Clevelândia, no extremo norte do país. Muitos poucos ficaram presos nas fétidas cadeias cariocas. Somente anos depois, já no governo Vargas, passaram a ser combatidos sistematicamente. Mas, naquele período convulsivo de meados dos anos vinte quando houve a afirmação do moderno Estado brasileiro disciplinador e repressor, no momento em que a política refluíu e retornou-se ao estado de guerra pura, os comunistas optaram por fazer política de camelo junto ao governo do presidente da República. Os historiadores do movimento operário que se dispuseram a contar essa história continuaram seguindo esse percurso de sobrevivência em pleno deserto, pelo menos até o surgimento da pesquisa publicada por John F. Dulles (1977).

---

<sup>7</sup> *A Classe Operária*, 23/05/1925.

<sup>8</sup> *A Nação*, 10/03/1927.

Antes de Dulles, somente Edgar Rodrigues (1976, 1994, 1997 e 1998), ao longo de sua imensa obra sobre o movimento social no Brasil escrita desde a década de 1960, tratou do massacre da população pobre paulistana em 1924 e do envio de prisioneiros operários e anarquistas a Clevelândia. Infelizmente, Rodrigues, autor de volumes com muitas informações, mas sem obedecer aos critérios metodológicos da Academia, nunca foi muito levado por esta a sério. Em parte por ser um declarado militante anarquista. Por outro lado, o militante do PCB Leôncio Basbaum (1962), também sem formação acadêmica, publicou uma reconhecida *História sincera da República* em três volumes, na qual ignorou sinceramente os acontecimentos de Clevelândia. Edgard Carone (1970), outro catedrático da USP, também se esqueceu de comentar sobre a repressão aos sindicalistas em 1924 nos três volumes dedicados à República Velha. Luiz Pereira (1965) e Ronald Chilcote (1982) também não se importaram com o assunto. Leôncio Rodrigues deteve-se na questão do sindicalismo e não na repressão aos sindicalistas. O mesmo fez Azis Simão (1966). Entrando nos anos setenta, Boris Fausto (1976), seguindo seus mestres, também se omitiu sobre o assunto.

E assim caminhamos no deserto durante as décadas de 1950, 60 e início de 70, até surgirem os primeiros trabalhos a porem o dedo na ferida. Durante esses anos, houve na Universidade brasileira a afirmação da hegemonia da teoria marxista como instrumento de análise e construção das teses desenvolvidas nas Ciências Humanas. Como toda teoria vinculada a uma ideologia política, ela não se permitiu fazer uma análise política separada do projeto perseguido. As ações históricas e as relações de poder por elas geradas não puderam ser submetidas a uma crítica externa porque os historiadores marxistas permaneceram presos nas complexas relações criadas entre a teoria científica e a ideologia política. Tampouco se sentiram confortáveis com a posição de “camelo no deserto” adotada pelos seus camaradas de partido e, por um lapso, se esqueceram de grande parte dessa memória. Fizeram como os historiadores paulistanos dos anos 30 e 40 que imortalizaram a sua revolução burguesa de 1932, mas ignoraram a morte dos proletários paulistanos de 1924. Afinal, estes últimos eram feios, sujos e malvados.

A retomada de uma condução crítica da historiografia distanciando-se da forma doutrinária, expressão usada por Leandro Konder<sup>9</sup> para mostrar como o marxismo fez a leitura dos sucessos relativos à repressão contra os militantes operários, somente seria de fato

---

<sup>9</sup> Entrevista publicada em *Pesquisa FAPESP*, n.º. 82, dez/2002.

efetivada, com a edição de *Estratégias da Ilusão*. Nesta obra publicada em 1991, uma epopéia da luta da esquerda comunista brasileira entre os anos de 1922 e 35, Paulo Sérgio Pinheiro concede um capítulo inteiro às prisões e deportações levadas a cabo pelo Estado brasileiro contra os militantes revolucionários. Através dela, com o estudo da documentação particular arquivada pelo Presidente Arthur Bernardes, vêm à tona os detalhes oficiais dessa política repressiva levada, segundo o autor, “a níveis ainda não vistos na República Velha” (1991:111). Contudo, é somente com a publicação do trabalho, talvez definitivo, de Alexandre Samis (2004), que podemos compreender detalhadamente as estratégias de repressão política desencadeadas contra o anarquismo e os sindicalistas mais combativos nesse momento de emergência do projeto de modernidade dentro do Estado brasileiro.

Um projeto consoante com a invenção dos estados totalitários europeus que levaram ao extremo as práticas do biopoder. Uma modernidade baseada no investimento na disciplinização da sociedade que tentou alcançar os confins do Brasil, levada pelo discurso médico e sanitário e pela instituição de um aparato policial de controle e vigilância sobre o corpo social, como aquele que se configurou com a criação das Delegacias Auxiliares e depois com o embrião do Departamento de Ordem Política e Social, a partir de 1924. Uma forma de controle que se pressupõe preventiva, mas que, no momento da insustentabilidade política, regressa aos princípios puramente punitivos legitimando o estado de guerra como instrumento de exercício da política. A instituição de uma sociedade disciplinar baseada no controle e vigilância da população teve como objetivo, além de domesticar o conjunto da população aos bons hábitos da modernidade, também esquadrihar aqueles grupos sociais ou indivíduos que, seja pela ação política, seja pelo exacerbado individualismo, se contrapuseram e insurgiram contra o controle do Estado.

\*

Retomando os acontecimentos de julho de 1924, a sucessão de bombardeios sobre as áreas pobres da zona leste da capital paulista já havia feito milhares de vítimas entre os civis inocentes. Por terra, o exército legalista conseguia vitórias avançando pelo flanco sul, para onde confluíram as tropas vindas por mar desde o porto de Santos. A cidade de São Caetano e os bairros do Ipiranga e da Vila Prudente foram os primeiros a serem retomados pelas forças do governo que continuavam avançando em direção ao centro. A estratégia do general Sócrates, bombardeando a esmo os bairros operários paulistanos, mostrou-se acertada. Era

uma guerra e todas as armas valiam. Os alvos humanos mais carentes, transformados em cadáveres nas ruas, solaparam o ânimo e a resistência da população civil em namoro com os revolucionários. Estes tiveram que desertar para preservar o que ainda restava. O apelo da população posta de joelhos para que cessasse o fogo cruzado somente seria aceito pelo Exército de Bernardes com a rendição incondicional dos rebeldes. Foi tomada a decisão. O General Dias Lopes e o Coronel Miguel Costa comandaram a retirada que se deu no dia 28 de julho pelos trens da linha férrea São Paulo Railway em direção ao interior. Era o início da caminhada da Coluna Paulista que se encontraria no ano seguinte com a coluna que vinha do Rio Grande do Sul liderada por Luis Carlos Prestes, dando seqüência, em nossa história, à lendária Coluna Prestes.

Mas, longe dessa visão de sobrevôo, descendo na terra e entrando pelas ruas, becos e casas da cidade paulistana, a ação das forças da ordem legal não poupou as vítimas inocentes. As tropas, em luta há 30 dias, sem mulheres para saciarem seus desejos, ao invadirem as casas dos trabalhadores paulistanos em busca de rebeldes, não resistiram à tentação de provar a carne das descendentes branquinhas dos imigrantes europeus. Prática comum em todas as guerras, as armas fálicas dos canhões, mísseis e ogivas lançadas nos bairros populares, abriram espaço para o *granfinale*, o lançamento do sêmen dos comandados pelo general Potyguara purificando a carne dos derrotados. A indignada e perseguida *Plebe*, herdeira moral do anarquismo humanista, não calou sob mais essa violência denunciando que a “*esse rosário de infâmias, juntam outros mais hediondos: o ultraje, a violação dos lares, o desrespeito à família e, o que é mais pavoroso, a violação de donzelas inermes, o estupro, as sevícias e tudo quanto o instinto bestial da luxúria desperta nessas almas possuídas das mais torpes paixões*”.<sup>10</sup> Apesar da baixezza dos atos “selvagens”, o texto anarquista evidencia uma prática moral ainda bastante conservadora, em que a luxúria, o desejo e os prazeres do corpo permanecem relegados, tão somente, ao instinto animal a ser superado. Discurso que em outros tempos talvez até recebesse o apoio da burguesia conservadora, mas, em tempos de guerra, trouxe apenas mais um motivo para a severa perseguição que o jornal sofreria.

Contudo, à exceção das memórias e dos textos escritos por alguns anarquistas, a população vitimada, mesmo nos trabalhos desenvolvidos por Anna Maria Martinez Corrêa

---

<sup>10</sup> *A Plebe*, 25/07/1924.

(1976) e nas entrevistas coordenadas por José de Souza Martins<sup>11</sup>, não se comentam essas violências mais humilhantes. Em seguida à Revolução de 24, como que num sigilo consensual, pouco se conseguiu extrair das vítimas civis, tanto nas histórias orais contadas quanto nas memórias por elas deixadas. Houve um apagamento silencioso desses eventos marcantes da memória popular. Sabemos desses fatos através das crônicas de militares como o tenente Amílcar Salgado dos Santos (1925), que registrou ocorrências graves como invasões de casas, violências contra as famílias e roubos. Ou, do general Goes Monteiro, que em depoimento ao jornalista Lourival Coutinho começou *“a perceber os horrores daquela luta: os sofrimentos da população civil, abandonada à própria sorte, entregue ao saque, incêndios e violências de toda a ordem.”* (1956: 9)

O historiador Alistair Thomson, especializado em histórias orais, alerta para o trabalho sutil que deve ser o da interpretação da memória, na medida em que estão colocados em xeque três vetores: *“o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser”*. No caso de depoimentos que envolvem acontecimentos traumáticos, às vezes até tabus, como pode ser a experiência de ter presenciado ou vivido um estupro, as reminiscências que vêm à tona podem tumultuar a vida no presente. Em muitos casos ocorre na memória um completo esquecimento racional dos fatos passados. Para Alistair, *“nossas reminiscências podem ser temerárias e dolorosas se não correspondem às histórias ou mitos normalmente aceitos, e talvez por isso tentemos compô-las de modo a se ajustarem ao que é normalmente aceito”*. (1997: 57-8) Talvez, por esses motivos, os fragmentos dessa história sejam encontrados na voz racional de combatentes. Na voz dos militares que, como num apelo ao remorso, expurgam seus fantasmas do passado, e na voz de militantes anarquistas, protagonistas trágicos de acontecimentos passados extraídos da memória pela “normalidade”, que se transformam nesses utópicos em luta por uma bandeira a não ser esquecida.

A retomada do controle sobre a Força Pública fez com que os aliados da Revolução que permaneceram em São Paulo sofressem as conseqüências desses atos. Pedro Catalo, que na ocasião completava 24 anos de idade<sup>12</sup>, lembrou-se desses tempos que se seguiram à saída das tropas revolucionárias da capital paulista: *“Nem bem a famigerada polícia de S. Paulo*

<sup>11</sup> Pesquisa sobre a memória da Revolução de 1924, realizada pelos alunos de História da FFLCH/USP, em 1974. Também ver José de Souza Martins (1992).

<sup>12</sup> Prontuário 377, Pedro Catalo. Fundo DEOPS, Arquivo do Estado de São Paulo, AESP.

*conseguiu se reorganizar, começou desesperadamente a caça aos militantes anarquistas que haviam assinado o manifesto publicado em 'A Plebe'. A maioria deles conseguiu safar-se, escondendo-se alguns, fugindo outros, outros ainda mudando de Estados, e a polícia desnorteada e louca à procura dos signatários do manifesto. Alguns não tiveram tempo de esconder-se e caíram nas malhas dos raivosos 'tiras' que procuravam a desforra nos militantes libertários.*" (RODRIGUES, 1976: 226-9)

Dentre os signatários do manifesto de apoio ao movimento revolucionário, Pedro Mota e Nino Martins foram os que mais sofreram nas mãos da polícia bernardesca. Além de serem dois anarquistas de forte influência nos sindicatos, atuavam como operários gráficos e redatores da *Plebe* e eram considerados perigosos subversivos. Ambos solteiros, provenientes de outros estados do país, Martins era gaúcho e Mota cearense, contra eles pesou também o fato de não terem uma vida familiar construída e entregarem a alma à atividade política. Nino Martins era conhecido no Rio Grande como "Carbonário", pela ativa participação em greves, inclusive no Rio da Prata, (Marçal, 1998: 115) e nos meios libertários era chamado de Zaratustra pelos seus conhecimentos filosóficos. Após sucessivas peripécias tentando escapar ao cerco policial, finalmente foram presos na capital paulista e enviados depois para a Polícia Central, no Rio de Janeiro, até serem confinados em Clevelândia, no Oiapoque em meados de 1925.

Os companheiros Pasqual Martinez e João Peres, também mentores da moção, ficaram detidos em São Paulo permanecendo inicialmente na cadeia da rua dos Gusmões e depois no presídio do Paraíso, mas acabaram sendo libertados antes do final do ano. Belmiro Jacintho fugiu para o interior do estado e não foi mais capturado.<sup>13</sup> Antonino Domingues escondeu-se na capital paulista e em fevereiro de 1925 mudou-se para o Rio de Janeiro onde passou dois meses. Retornando a São Paulo foi detido durante oito dias e teve de deixar 700 mil réis de fiança para sair. Escondeu-se em Guaratinguetá, de onde se correspondia com Rodolpho Felipe, refugiado na cidade de Cambuí no interior do estado de Minas Gerais.<sup>14</sup> Filipic, seu sobrenome verdadeiro, foi o sucessor de Edgar Leuenroth na direção da *Plebe*. Em sua casa na

---

<sup>13</sup> Cf. prontuários policiais, AESP, Fundo DEOPS.

<sup>14</sup> Bilhete-postal manuscrito cujas informações encontram-se escritas em código segundo informa Edgar Rodrigues (1976).

rua Sant'Anna, reuniam-se os companheiros da Biblioteca Inovadora um dos locais de tomada de decisão sobre as posições dos anarquistas em relação à Revolução de 1924.<sup>15</sup>

Quanto aos outros militantes não temos informações sobre o paradeiro deles, mas a atividade sindical naquele segundo semestre de 1924 foi absolutamente desmantelada. A polícia de ordem social em São Paulo ainda não se encontrava organizada com uma delegacia específica e um corpo de funcionários especializados como já ocorria no Rio de Janeiro desde 1922. Somente a partir da eclosão do levante de 1924 é que se enseja a criação de um DEOPS paulistano. Portanto, a maior parte dos acontecimentos dessa revolta e o caminho percorrido pelos militantes anarquistas em seguida a ela, tem que ser reconstituído ou através do noticiário de jornais ou através das cartas e memórias de seus ativistas como as de Pedro Catalo. Na cidade de São Paulo, a polícia soltou sua ferocidade somente após se reorganizar militarmente. Isto permitiu, de certa maneira, que parte dos sindicalistas anarquistas, aquela que de antemão já sabia da furiosa reação que se seguiria, pudesse se esconder da tormenta ou pelo menos não fosse pega de surpresa.

\*

Já, no Rio de Janeiro, a varredura contra os operários simpatizantes da Revolução começou bem antes da desocupação militar da capital paulista. O ativista anarquista Pedro Carneiro, da União dos Operários da Construção Civil, seguiu todo o trajeto do arbítrio até alcançar o desfecho na distante Clevelândia, onde foi um dos que conseguiu evadir. Em uma carta escrita após o término do estado de sítio ele narra toda a epopéia por que passou junto aos seus companheiros de militância. Trata-se de uma carta guardada por Edgar Rodrigues e é o documento existente, dentro da perspectiva dos anarquistas, mais minucioso e detalhado sobre a escalada de violência oficial e as passagens pelas escolas do crime que foram os presídios cariocas.

*“Era 5 horas da manhã no dia 17 de julho de 1924. Ainda dormia, quando fui despertado pelo camarada José Alves do Nascimento e o operário Apolinário de Araújo, participando-me que se encontravam na sala duas pessoas que desejavam falar-me. [...] Aparentemente satisfeitos com a minha resposta, retiraram-se e, passados uns cinco minutos, voltaram para me convidar juntamente com José Alves do Nascimento, Apolinário Araújo, João Domingues e a Manoel Domingues, a comparecermos a Polícia Central, que o Sr. Major*

---

<sup>15</sup> Relação de anarquistas, setembro de 1926. Prontuário 400, Rodolfo Felipe, Fundo DEOPS, AESP.

*Carlos Reis queria nos falar. Lá chegando fomos revistados, e a mim separaram-me para uma sala, no sobrado, e os demais companheiros foram atirados na tal ‘geladeira’...*” (RODRIGUES, 1976: 235).

A escalada da repressão política baseada em um controle policial da população começou para valer com a criação da 4<sup>a</sup>. Delegacia Auxiliar. Como nos mostra Alexandre Samis, logo em seguida à posse de Arthur Bernardes, em novembro de 1922, foram instituídas modificações na Polícia Civil (2002: 88-97). O novo presidente teve como principal meta, como se confirmaria mais tarde, a efetivação de uma política de controle social nos moldes da que vinha sendo praticada pelas polícias políticas dos principais países europeus em reação aos eventos revolucionários do final da década de 1910. A nomeação do major Carlos Reis para o cargo de chefe da 4<sup>a</sup>. Delegacia foi seguida de uma estreita colaboração entre os diversos órgãos policiais do Distrito Federal. O delegado auxiliar, inclusive, viajou para a Europa no ano de 1926 em missão do Ministério da Justiça. Lá, visitou vários países entre eles a Suíça, Alemanha e a França, com o objetivo de encontrar os diplomatas brasileiros nesses países e contatar a polícia local em seu combate e vigilância contra a propaganda revolucionária. Foi o início de uma estratégia internacionalizada de prevenção contra a subversão política que se inaugurou em nosso país na gestão do presidente mineiro. Durante o período de estado de sítio, o serviço reservado da delegacia continuou sua infiltração preventiva nas entidades anarquistas em busca de informações que as ligassem ao movimento militar rebelde. Em uma destas notas, suspeitam de uma ação de terror articulada na capital federal que eclodiria em 6 de julho de 1925: *“Diversos automóveis conduzindo dinamiteiros pela cidade lançarão grande quantidade de bombas, com o fim de implantar o terror. – Consta que o Sr. Capitão Costa Leite se achava uma hora antes da reunião em Sepetiba onde conferenciava com um presidente de uma associação de anarquistas”*.<sup>16</sup>

Esse foi, muito provavelmente, um alarme falso, ou até, uma notícia plantada para acirrar a perseguição ao anarquismo. De todo modo, o que nos interessa é o fato de a 4<sup>a</sup>. Delegacia Auxiliar ter autonomia suficiente para vigiar toda a sociedade da forma que bem entendesse. Iniciou-se com ela a prática política de infiltração de agentes policiais dentro dos sindicatos e associações operárias, ou de cooptação de alguns elementos internos na função de delatores, chamados de secretas, tipos encarregados da elaboração de relatórios reservados

---

<sup>16</sup> Nota reservada, Relatório da 4<sup>a</sup>. Delegacia Auxiliar. Fundo AAB, rolo 6, AEL.

(FLORINDO, 2000). A 4<sup>a</sup>. Delegacia foi seguramente o embrião necessário para a criação, anos mais tarde, de um Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, este sim, uma repartição policial absolutamente independente e com autonomia em relação ao próprio governo federal. Contudo, se o DOPS e a gestão repressora da polícia política inaugurada na era Vargas é tão estudada pelos pesquisadores, ignoramos, muitas vezes, que esse tipo de polícia arbitrária teve uma criação anterior ao governo do caudilho gaúcho. Ignoramos também, muitas vezes, que foi no período bernardesco em que se deu a geração, gestação e colocação em prática de um plano estratégico de vigilância do Estado em que quase todos os métodos de controle, futuramente aprimorados, já estavam lançados e alicerçados. Portanto, a emergência de um moderno estado policial no Brasil se deu já em novembro de 1922 com a criação da 4<sup>a</sup>. Delegacia Auxiliar. Pelo menos, no tocante à prática repressiva de controle político do corpo social, o estado varguista não inaugurou nada, apenas reforçou e deu continuidade a uma forma de governabilidade, chamada por Michel Foucault de biopoder<sup>17</sup>, sorratamente já adotada, bem ao estilo mineiro, por um de seus antecessores.

A política repressora adotada durante o período do estado de sítio foi organizada de tal forma que conseguiu provocar a confusão, ou melhor, a deliberada convergência, entre uma polícia de ordem política amalgamada a uma polícia de combate contra a mais comum criminalidade. Talvez o principal objetivo dessa aparente confusão tenha sido o de criminalizar os prisioneiros detidos por motivos meramente políticos. A estratégia seria a de deter o operário ativista para averiguações colocando-o na mesma cela dos criminosos comuns. Com o acúmulo de detenções, a atividade política subversiva, aos olhos da opinião pública, passaria a ser vista como um delito qualquer como o furto, o homicídio ou a vadiagem e assim, a imagem do prisioneiro político passaria a ser associada à do bandido comum. Deste modo, criou-se um nevoeiro entre quem foi preso por motivos de ordem política, e os infratores detidos por delitos comuns.

Uma seqüência de nove listas nominais, denominadas “Relação dos indesejáveis presos”, elaboradas pela 4<sup>a</sup>. Delegacia Auxiliar durante os meses de maio e junho de 1925 e assinadas pelo delegado Carlos Reis, destinaram aos navios prisão Campos e Caxambu um total de 359 presos.<sup>18</sup> A maioria foi detida por vadiagem, furto, desordem ou jogo, tendo

---

<sup>17</sup> Entre os vários trabalhos de Foucault, o curso realizado no College de France entre 1975 e 1976, publicado com o título *Em defesa da sociedade* (2000), é o que melhor apresenta o desenvolvimento desses conceitos.

<sup>18</sup> Fundo AAB, rolo 6, AEL.

alguns desses presos já várias passagens pela polícia enquanto outros chegavam ali pela primeira vez. No meio destes nomes aparecem alguns revoltosos, soldados do Exército e da Força Pública, e também estrangeiros à espera de deportação. Segundo a pesquisa realizada por Alexandre Samis, vários estrangeiros que estavam para ser expulsos do território nacional acabaram sendo enviados para o exílio interno de Clevelândia (2002). O roteiro que se seguia a cada prisão efetuada nesse período gerou uma complacente promiscuidade entre as diferentes categorias de presos, perdendo-se qualquer relação jurídica entre o delito praticado e a pena a ser cumprida.

A arquitetura desse universo de arbítrio baseou-se geograficamente na 4<sup>a</sup>. Delegacia, ou seja, o comando de controle da polícia política, o mesmo espaço da sede da Polícia Central, a delegacia responsável pelo combate à criminalidade no Distrito Federal. Dois pesos pesados da repressão nacional dividiram simultaneamente aquele espaço. Na Delegacia Auxiliar, o major Carlos da Silva Reis, alcunhado de Major Metralha, era um delegado de sangue frio e politicamente habilidoso, cínico o suficiente no trato com os prisioneiros que não eram bandidos comuns. O chefe de polícia, cargo máximo da segurança pública da Guanabara, era o marechal Carneiro da Fontoura, o Marechal Escuridão. Carneiro nada tinha que lhe fizesse jus ao tranqüilo nome. Era um homem negro (daí seu apelido), truculento e ignorante. Acostumado ao trato com os piores elementos da criminalidade carioca, acabou demitido da função em 1926 sob acusações de enriquecimento ilícito. Até a decretação do estado de sítio em julho de 1924, o comando do marechal Carneiro ainda prevalecia e todo o sistema de vigilância na capital federal estava subordinado à sua repartição. Com a supressão das garantias individuais seguiu-se uma generalizada promiscuidade no exercício da segurança pública. Tivemos a prisão maciça de pessoas sob variadas alegações, sem abertura de inquéritos, o que praticamente fez desaparecer as fronteiras entre a chefatura de polícia e a delegacia auxiliar.<sup>19</sup>

Alguns ativistas políticos mais conhecidos e que vinham sendo vigiados nos últimos dois anos, desde o início da criação da delegacia de repressão às atividades subversivas, foram

---

<sup>19</sup> “As turmas de agentes prendem a torto e a direito, seja quem for que se encontre de certa hora em diante circulando por determinadas ruas vigiadas, ou suas imediações. São as canoas, como se denominam essas prisões em massa. Cidadãos são arrancados das mesas dos cafés ou de dentro dos automóveis. Nos subúrbios ou bairros suspeitos da cidade, são caçados mendigos, vadios, invertidos, desocupados, malandros, pequenos negociantes, caixeiros, etc., seja quem for que tenha a desgraça de passar na hora do cerco; seja velho ou moço, são ou doente, aleijado ou perfeito, limpo ou sujo. Todos esses mal-aventurados são levados para a Polícia Central e despejados na carceragem e na geladeira, aos magotes de vinte ou trinta”. (DIAS, 1926: 23-4)

detidos em suas casas ou nos locais de trabalho. Foi o caso de Pedro Carneiro e seus companheiros anarquistas. Mas a maioria dos detidos despejada na carceragem era de homens simples do subúrbio carioca ou dos bairros operários capturados a esmo na rua ou nos bares, levados para averiguação na sede da Polícia Central. Uma vez chegando na ante-sala do purgatório dificilmente conseguiriam reverter sua situação, tendo ou não tendo ficha policial, mesmo que não exercessem nenhuma atividade política. Cair nas garras da polícia nos primeiros meses do estado de sítio representou, para a maioria dos pobres da cidade do Rio de Janeiro, o ingresso em um circo de horrores que somente acabaria, para os que sobrevivessem ao drama, com o término do governo Bernardes.

O primeiro degrau dessa escalada era a Polícia Central. Chegando ao quartel general da polícia do Distrito Federal, o indivíduo preso era, na maioria dos casos, fichado pelos agentes da 4<sup>a</sup>. Delegacia Auxiliar que deveriam cuidar dos crimes contra a ordem social. Aí começava o *imbróglio*, misturando-se na mesma relação de criminosos detidos por diferentes motivos uma heterogeneidade de pessoas. O segundo passo nessa carreira, era seguir para uma das celas da Central. Na carceragem ficavam os notórios bandidos e aqueles malandros com antecedentes criminais. Os operários, os trabalhadores e militantes políticos pobres ligados aos movimentos sociais, todos iam para a “geladeira” somar-se aos presos mais perigosos e cujo destino ainda era incerto. Aguardavam até meses, como o caso de Domingos Passos, enquanto eram averiguados os processos existentes contra eles e o dossiê de cada um na polícia. A temida geladeira era o nome que se dava ao xadrez frio e úmido existente na garagem dos fundos da Polícia Central. Uma jaula de oito por 10 metros sem iluminação nem ventilação, ocupada, às vezes, por mais de cem presos (DIAS: 24-8). Feito o primeiro pente fino, os poucos trabalhadores que conseguiam salvar-se retornavam para suas casas. Passado o período de incomunicabilidade na geladeira, os demais detidos iriam dividir as outras celas junto aos prisioneiros comuns. O anarquista Pedro Carneiro percorreu esse mesmo caminho aqui traçado narrando assim os detalhes dessa romaria:

*“No dia 27, à tarde, saíram da geladeira os operários Manuel Abril e Bezzute. Às 23 horas, foram chamados José Alves do Nascimento, Pedro Carneiro, João Cância, João Valentim Argolo e Antônio Salgado da Cunha. Levados para a carceragem, fomos metidos num cubículo pequeno, até as 24 horas, aparecendo a esta hora o célebre ‘Capitão’ Raul, auxiliado pelos agentes ‘26’, ‘Zé Gordo’, Jaime da Gamboa’ e mais dois ‘bajuladores’.*

*Vinham retirar dos cubículos 170 homens que iam entrando na ‘Viúvas Alegres’, debaixo de uma surra de bengalas sem dó nem piedade. Depois chamaram seis operários, dentre os quais faltava um que eles mesmos não sabiam quem era, e só depois descobriram que era Domingos Passos, preso na Geladeira desde 7 de julho de 1924. Entramos na ‘Viúva Alegre’, cada um de nós apanhando de bengalada. Daí partimos para as ‘Docas’ do Lóide Brasileiro. Lá nos esperava um rebocador. Os agentes entregaram-nos à guarda dos seus comandantes recomendando que nós devíamos ser separados dos outros presos por sermos perigosos. Porém, o sargento Figueiredo reconheceu que entre nós estava José Alves do Nascimento, antigo sargento da Brigada Policial. Verificando então, que nós não éramos o que lhe tinham informado, avisou-nos que íamos para o navio ‘Fantasma’ Campos para picar ferrugem e pinta-lo de zarcão.” (RODRIGUES, 1976:235)*

Concluído o primeiro período de estágio nas celas da Central, coisa que poderia durar vários meses, o prisioneiro seguia sua carreira mudando de nível. Algumas alternativas apresentavam-se após o primeiro degrau. A mais comum era uma primeira transferência através da “viúva alegre”, um carro aberto com toldo e bancos exclusivo para o transporte de presidiários, para os prédios vizinhos da Casa de Detenção e da Correção.

A Casa de Correção, maior, e em melhores condições de receber e guardar prisioneiros abrigou os detidos, também perigosos na avaliação do governo, mas pertencentes aos setores mais burgueses da população. Homens conhecidos publicamente como Edmundo Bittencourt, diretor do *Correio da Manhã*, o jornalista de família aristocrática Macedo Soares, o advogado Evaristo de Moraes e o político Maurício de Lacerda, foram alguns dos ilustres visitantes da casa correcional (DULLES: 206). Dessa casa, o passo seguinte para quem continuou preso foi o confinamento nas ilhas existentes ao largo da Baía de Guanabara, onde já se encontravam detidos, entre outros, também dois anarquistas notórios, o professor José Oiticica e o advogado Benjamin Mota. A Ilha Rasa foi o local preferido para abrigo desses prisioneiros desterrados que exerciam forte influência política na opinião pública, mas também a ilha das Flores e a de Bom Jesus, onde já havia um presídio, receberam a visita desses destacados opositores do governo.

\*

No momento em que o Estado abandona as táticas de domínio institucional através do exercício da política para fazer a arte da guerra, ou para manter seu domínio com o uso da

força física, quando as garantias constitucionais por ele oferecidas são suprimidas através de dispositivos legais existentes internamente ao corpo jurídico do estado de direito, a condição social de nascimento deixa de ser um fator que possa intervir a favor de qualquer indivíduo sob suspeita, permitindo que o braço forte do poder socialize, enfim, o seu mando. Como escreveu Graciliano Ramos ao ser preso em 1936, “– *comecei a perceber que as minhas prerrogativas bestas de pequeno-burguês iam cessar*” (1982: 33). Deputados da oposição ao governo, em pleno mandato inclusive, teriam sofrido fortes ameaças à sua integridade física.<sup>20</sup>

Mas mesmo nesse momento limite insurgente da época de guerra, quando as velhas prerrogativas individuais da origem social já não valem, ainda assim persiste uma nítida separação física, inclusive entre os prisioneiros detidos por motivos meramente políticos. Uma segregação que reproduz no ambiente das celas a diferenciação existente entre as classes sociais fora delas. Em uma das extremidades da área da Detenção, quatro salões, como eram chamados pelos guardas, receberam os presos políticos. Repetindo a classificação elaborada pelo detento Everardo Dias que viveu aqueles dias difíceis, no primeiro salão permaneceram os advogados, professores, engenheiros, todos os presos mais graduados, que receberam tratamento melhor. Banho de sol, boa alimentação, camas, lavatório, etc., eram os privilégios de que dispunham. Aos recolhidos no segundo salão também cabiam algumas imunidades destinadas aos estudantes, funcionários e outros presos recomendados ao diretor. O terceiro salão foi destinado aos presos que, embora possuíssem um bom padrão social, não tinham padrinho, ou recusavam-se a pedir qualquer favor à direção. E enfim, o quarto e último salão, era o espaço dos incorrigíveis, onde foram mantidos incomunicáveis os operários e ativistas perseguidos politicamente (DIAS: 57-9).

Os presos mais pobres, tanto os operários como aqueles cujo nome não causava repercussão junto à opinião pública, também foram confinados nas masmorras da segunda galeria, os subterrâneos da Casa de Detenção. Foi, por exemplo, na cela de número 59, o decantado cubículo escuro onde os anarquistas ficaram amontoados uns sobre os outros à espera de uma mudança de endereço<sup>21</sup>. Ali permaneceram também Everardo Dias, Nicolau Parada, Abílio Lebre, Adriano Vaz Pinto do Amaral, Rosendo Aranas e Biofilo Panclasta. Daí,

---

<sup>20</sup> O coronel Araripe, por exemplo, teria ameaçado um deputado federal de que seria trazido a força pelo Moleque Cinco, um criminoso freqüentador contumaz das prisões e que praticava “servicinhos” ocasionais para a polícia, caso não colaborasse (DIAS: 34).

<sup>21</sup> Famosa cela citada por Everardo DIAS, onde permaneceram também Nicolau Parada e Biofilo Panclasta.

como lemos no relato de Pedro Carneiro, em sua maioria seguiram para o navio-prisão Campos onde encontraram uma extensa quantidade de presos comuns vivendo em péssimas condições de higiene e saúde, sustentados por uma alimentação precária e forçados, sob a aplicação de corretivos diários, a picarem a ferrugem daquela sucata flutuante que logo seria aposentada no estaleiro.

A maior parte dos políticos e bacharéis desterrados nas ilhas atlânticas permaneceu nelas até o fim do governo de Bernardes. Já, os encerrados vivos que sobreviveram ao inferno do navio fantasma foram todos enviados para o exílio distante em Clevelândia. Essa última leva de homens teria sido considerada pelo aparelho repressivo do Estado articulado naquele momento, como os elementos absolutamente irreduzíveis. Para Samis, *“a população do Campos era, em última análise, aquela que, por força, deveria ficar afônica e afastada. O governo ‘não conseguiria’ mesmo que quisesse, dialogar com ela. O grupo era tido como intangível e incapaz de apreender as regras sociais através, até mesmo, da repressão”* (2002: 213). A prisão, o confinamento, ou até mesmo a morte destes indivíduos, não dependia de evidências e provas atestando contra eles, como deveria ser o pressuposto de um estado de direito burguês. Mas isto não importa, mesmo por que, tanto para o Estado quanto para a burguesia, os mais perigosos agentes da transformação são, antes de tudo, imorais. Eles são *“o cavalheiro de indústria, a cortesã, o ladrão, o salteador e o assassino, o jogador, o homem sem recursos e sem emprego, o leviano [...] Eles formam a classe dos inquietos, dos desassossegados, dos mutáveis, ou seja, dos proletários...”* (STIRNER, 2004:93-4)<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Este trecho de Max Stirner é citado por Edson Passetti (2003).

### Bibliografia citada:

- BASBAUM, L. 1962. *História sincera da República*. 3 volumes. São Paulo. Edaglit.
- CARONE, E. 1970. *A República Velha, I e II*. São Paulo. Difel.
- CHILCOTE, R. 1982. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922-1972*. Rio de Janeiro. Graal.
- CORRÊA, A. M. M. 1976. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. S. Paulo. Hucitec.
- COUTINHO, L. 1956. *O General Goes depõe*. Rio de Janeiro. Coelho Branco.
- DIAS, E. 1926. *Bastilhas modernas*. São Paulo. E. de Obras Sociaes e Literárias.
- DULLES, J. F. 1977. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. São Paulo. Nova Fronteira.
- FAUSTO, B. 1976. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo. Difel.
- FLORINDO, M. 2000. *O serviço reservado do Da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- FOUCAULT, M. 2000. *Em defesa da sociedade*. São Paulo. Martins Fontes.
- KONDER, L. 2002. *Questão de ideologia*. Rio de Janeiro.
- LEITE, A. 1954. *História da civilização paulista*. São Paulo. Saraiva.
- MARÇAL, J. B. 1995. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Unidade.
- MARTINS, J. S. 1992. *Subúrbio*. São Paulo. Hucitec.
- PASSETTI, E. 2003. *Ética dos amigos*. São Paulo. Imaginário.
- PEREIRA, L. 1965. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo. Difel.
- PINHEIRO, P. S. 1993. *Estratégias da ilusão*. São Paulo. Cia. das Letras.
- RAMOS, G. 1982. *Memórias do Cárcere, Vol I*. São Paulo. Círculo do Livro.
- RODRIGUES, E. 1976. *Novos rumos*. Rio de Janeiro. Mundo Livre.
- \_\_\_\_\_. 1994. *Os companheiros, volumes 1 e 2*. Rio de Janeiro. VJR.
- \_\_\_\_\_. 1997. *Os companheiros, volume 3*. Florianópolis. Insular.
- \_\_\_\_\_. 1998. *Os companheiros, volume 5*. Florianópolis. Insular.
- RODRIGUES, L. 1966. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo. Difel.
- ROMANI, C. 2002. *Oreste Ristori. Uma aventura anarquista*. São Paulo. Annablume/FAPESP.
- \_\_\_\_\_. 2003. *Clevelândia – Oiapoque. Aqui começa o Brasil!* Tese de Doutorado. História, IFCH/Unicamp.
- SAMIS, A.. 2002. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo. Imaginário.
- \_\_\_\_\_. 2004. “Pavilhão negro sobre pátria oliva” in Eduardo Colombo et alii. *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo. Imaginário.
- SANTOS, A.S. 1925. *A Brigada Potyguara.s/e*.
- SIMÃO, A. 1966. *Sindicato e Estado*. São Paulo. EDUSP.
- STIRNER, Max. 2004. *O único e sua propriedade*. Lisboa. Antígona.
- THOMSON, A. 1997. “Recompondo a memória”, *Projeto História* 15, PUC-SP.